

# A RELAÇÃO DE ALBERTO TORRES COM OS ESPAÇOS ACADÊMICOS E A PRESENÇA DAS IDEIAS ABOLICIONISTAS E REPUBLICANAS (1880-1892)

JOÃO PAULO DE SOUZA FAVORETTI\* UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO -  
VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO - BRASIL

## RESUMO

O estudo dos intelectuais brasileiros apresenta-se como uma tarefa importante para compreensão das ideias políticas do contexto Oitocentista, bem como de sua circulação e modos de apropriação pelos sujeitos. Assim, pretende-se analisar o desenvolvimento das ideias de Alberto Torres (1865-1917), um intelectual e político fluminense que atuou nos três poderes da República e influenciou gerações posteriores de pensadores. Em meio a uma análise do desenvolvimento do republicanismo e do abolicionismo no Brasil, nosso objetivo é situar a atuação de Alberto Torres entre os anos de 1880 e 1892, período em que iniciou seus estudos acadêmicos, atuou como advogado e se envolveu com agremiações políticas de tendências republicanas. Para tal, recorreu-se a fontes jornalísticas com o intuito de investigar essa fase da vida do autor, explorando um contexto de sua trajetória que vai além de sua produção intelectual mais conhecida, publicada entre os anos de 1909 e 1915.

**Palavras-chave:** História Intelectual; Alberto Torres; História do Brasil Republicano.

## ABSTRACT

The study of Brazilian intellectuals presents itself as an important task for understanding the political ideas of the nineteenth-century context, as well as their circulation and modes of appropriation by individuals. Thus, this study aims to analyze the development of the ideas of Alberto Torres (1865-1917), an intellectual and politician from Rio de Janeiro who served in all three branches of the Republic and influenced subsequent generations of thinkers. Amid an analysis of the development of republicanism and abolitionism in Brazil, our goal is to situate the activities of Alberto Torres between the years 1880 and 1892, a period during which he began his academic studies, worked as a lawyer, and became involved with political associations of republican tendencies. To this end, journalistic sources were used to investigate this phase of the author's life, exploring a context of his trajectory that goes beyond his better-known intellectual production, published between the years 1909 and 1915.

**Keywords:** Intellectual History; Alberto Torres; History of Republican Brazil.

## RESUMEN

El estudio de los intelectuales brasileños se presenta como una tarea importante para comprender las ideas políticas del contexto del siglo XIX, así como su circulación y modos de apropiación por parte de los sujetos. Así, se pretende analizar el desarrollo de las ideas de Alberto Torres (1865-1917), un intelectual y político fluminense que actuó en los tres poderes de la República e influyó en generaciones posteriores de pensadores. En medio de un análisis del desarrollo del republicanismo y el abolicionismo en Brasil, nuestro objetivo es situar la actuación de Alberto Torres entre los años 1880 y 1892, período durante el cual inició sus estudios académicos, ejerció como abogado y se involucró con asociaciones políticas de tendencias republicanas. Para ello, se recurrió a fuentes periodísticas con el fin de investigar esta fase de la vida del autor, explorando un contexto de su

\*Doutorando em História com linha de pesquisa em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito (UFES). E-mail: [favoretti.jp@gmail.com](mailto:favoretti.jp@gmail.com).

trayectoria que va más allá de su producción intelectual más conocida, publicada entre los años 1909 y 1915.

**Palabras-chave:** Historia Intelectual; Alberto Torres; Historia del Brasil republicano.

## INTRODUÇÃO

A investigação acerca do pensamento e das ideias de um sujeito histórico pode ser feita a partir de vários critérios. No presente trabalho,<sup>1</sup> optou-se por examinar o percurso político de Alberto Torres e as reflexões que realizou sobre o Brasil do início de sua formação intelectual e política, até sua inserção no Poder Legislativo, ainda no princípio da República. Nesse contexto, Torres foi inicialmente militante político e estudante de Direito, tornando-se, em seguida, deputado estadual constituinte, este último no momento em que já se constata importantes inflexões e amadurecimentos em sua mentalidade. No estudo de sua obra levamos em consideração o amplo percurso no cenário político fluminense e nacional e os impactos que os cargos por ele ocupados exerceram em sua forma de pensar e escrever. Sendo assim, partindo do pressuposto de que os indivíduos não possuem mentalidades estanques, ou seja, imóveis com o passar do tempo, o viés principal para entender a historicidade das ideias de Torres será o de captar como sua trajetória pelos três poderes moldou seu pensamento, já que, em alguns momentos, ele mudou sua visão sobre determinados assuntos, como, por exemplo, a eficácia do regime republicano para resolver problemas antigos provenientes do Império.

No recorte estabelecido para este trabalho – 1880-1892 – examinaremos a fase da vida de Torres quando ele possuía entre 15 anos e 27 anos de idade. Apesar da data inicial do recorte parecer prematura, não é, pois, aos 15 anos, atendendo aos desejos de seu pai, Alberto Torres havia requerido matrícula no curso de medicina, o qual não concluiu, tendo, dois anos mais tarde, iniciado os estudos em Direito.<sup>2</sup> Assim, o objetivo será captar, nas fontes, os enunciados e mensagens que possibilitem compreender como Torres articulava suas ideias e a forma de

---

<sup>1</sup> O presente trabalho constitui-se como um ramo da pesquisa desenvolvida durante os estudos de mestrado em História.

<sup>2</sup> LIMA SOBRINHO, B. *Presença de Alberto Torres, sua vida e pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 17.

lidar com problemas de seu mundo, a partir do momento em que iniciou seus estudos no curso de Direito, desenvolvendo uma militância abolicionista e republicana, perpassando pela Abolição e Proclamação, até ser eleito deputado constituinte, estadual e federal no Rio de Janeiro.

Alberto Torres iniciou seus estudos universitários, em 1882, época em que o Movimento Republicano já estava em profusão e os preceitos que sustentava se faziam presentes em diversos segmentos das elites intelectuais, o que inclui os espaços universitários. Vale ressaltar que a segunda metade do século XIX foi marcada pelo enfraquecimento do regime escravista, pois, com o aumento da pressão inglesa para a interrupção do tráfico negreiro e para a gradual extinção da escravidão, os setores ligados às monoculturas cafeeicultoras passaram a se distanciar da monarquia, enfraquecendo as bases políticas do regime. A aprovação de leis relacionadas à escravidão, como a Lei Eusébio de Queiroz (1850), a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), apesar de não terem extinguido a escravidão na prática, contribuíram para estruturar uma conjuntura que sinalizava para a Abolição.<sup>3</sup>

Foi nesse contexto que Alberto Torres cresceu e se desenvolveu, pois, tendo em vista que sua juventude coincidiu com os anos finais da escravidão e do Império, com a repercussão das questões religiosa, militar e sucessória, suas ideias foram bastante influenciadas pelas discussões políticas levantadas no Parlamento, naquele contexto. Sobre esse assunto, Barbosa Lima Sobrinho (1968) teceu algumas considerações que auxiliam na compreensão acerca da porosidade que as ideias encontravam nas escolas superiores. Segundo ele,

o certo é que não houve movimento de sentido nacional, que não repercutisse nas escolas superiores, quando não começasse ou não crescesse dentro delas. O abolicionismo, por exemplo. Quando entrava em colapso no Parlamento, quando se ausentava das colunas dos jornais, ia hibernar nas escolas superiores, florescendo na

---

<sup>3</sup> No livro *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*, publicado em 2015, Angela Alonso realizou um estudo aprofundado sobre o Abolicionismo, discorrendo sobre alguns dos sujeitos históricos importantes para o movimento, como André Rebouças, José do Patrocínio e Luís Gama, e destacando a posição ativa desses personagens, tendo em vista serem negros. O viés seguido pela autora contribuiu para desmistificar a visão de que os negros, por terem sido oprimidos, estavam em posição passiva, apenas de submissão. Ao contrário, como sustenta Alonso, tiveram papel de destaque na luta contra a escravidão.

oratória das reuniões ou na multiplicação de periódicos, escritos e mantidos pelos estudantes.<sup>4</sup>

Por meio desse excerto, Lima Sobrinho assinalou uma situação em que as ideias encontravam forte aderência nas instituições de ensino superior, sendo essas vistas como locais de maturação e resistência de determinadas correntes ideológicas. Mesmo que algumas causas – como, por exemplo, o Abolicionismo – tenham encontrado fortes resistências em certos setores da elite, que era escravista, quando os jovens iniciavam um curso universitário almejando adquirir a distinção social que um diploma conferia, acabavam entrando em contato com ideias que, para o contexto, significavam rupturas abrangentes na sociedade.<sup>5</sup> Essas ideias ganhavam corpo principalmente em reuniões estudantis e nas publicações dos periódicos que os estudantes mantinham em funcionamento. No entanto, segundo Emília Viotti da Costa, “apenas nos meios acadêmicos, a campanha em favor da emancipação se mantinha acesa, mas seu impacto era pequeno fora dos meios estudantis”.<sup>6</sup>

Isso mostra que a geração dos anos finais do regime escravista conviveu com a larga atuação do movimento abolicionista, tendo parte dessa geração, inclusive, participado ativamente para fortalecê-lo.<sup>7</sup> Falar em abolicionismo nos anos finais do Império era algo complexo, pois, como a escravidão era uma instituição basilar da sociedade e da economia do Segundo Reinado, os estratos políticos hegemônicos tratavam o tema com cuidado, tendo em vista que era muito sensível, optando muitas vezes por relegá-lo a segundo plano. Desse modo, quando a geração de Alberto Torres alcançou a fase da maturidade, no final da década de 1870

---

<sup>4</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 30.

<sup>5</sup> A imagem dos “bacharéis” adquiriu proeminência no período monárquico, tendo em vista que integravam os quadros políticos e administrativos do Estado, exercendo funções que foram sendo designadas àqueles egressos do curso jurídico (Adorno, 1988, p. 78). Assim, as Academias de Direito se tornaram espaços privilegiados neste processo, já que eram os ambientes onde os jovens provenientes das elites senhoriais, em grande medida, adquiriam formação para exercer funções e atuar na vida pública.

<sup>6</sup> COSTA, E. V. *A abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 41.

<sup>7</sup> Analisar a geração de políticos e intelectuais atuante a partir da década de 1870, tal como proposto por Angela Alonso (2002), compreendendo as influências e objetivos que detinham, bem como sua esfera de ação, é fundamental para situar esse grupo de forma a não cair em generalizações e equívocos. A autora, dentre os vários apontamentos que engendrou, situou a geração de 1870 como sendo de sujeitos que atuavam, de modo intrínseco, tanto no campo político quanto no campo intelectual, não existindo distinção entre os dois setores no contexto Oitocentista. Além disso, Alonso defendeu que os intelectuais desse grupo não eram meros receptores acrícticos de ideias estrangeiras, mas as selecionavam e as incorporavam para orientar seu modo de ação (Alonso, 2002, p. 30; 33-35).

e início dos anos 1880, o abolicionismo passou a ser uma pauta presente nas agendas de discussões políticas, constituindo-se uma forte militância pelo fim da escravidão. Apontamos para isso analisando a própria forma de Alberto Torres lidar com o tema, pois, em seus escritos e em sua atuação política, ele tratou a escravidão como uma instituição que menosprezava os princípios de liberdade e dignidade humanas.

Sobre a maneira como a escravidão era tratada pela elite na segunda metade do século XIX, José Murilo de Carvalho assinalou, ao analisar a vida e atuação de Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, que se tratava de um assunto complexo de ser abordado em ambientes de discussão, por envolver uma gama de sujeitos e relações. Isso pode ser notado na própria maneira de Uruguai lidar com a escravidão, pois, segundo Carvalho, ele nunca a defendeu e nem a utilizou em suas análises da política brasileira. Em função de Paulino José Soares de Souza não ser um fazendeiro ou latifundiário, sua renda não estava ligada diretamente ao trabalho escravizado, sendo assim, não haveria problema caso ele criticasse a escravidão. No entanto, por ele estar ligado a famílias envolvidas com a vida agrícola e a mão de obra escravizada, não a criticava para não “afrontar a classe a que se unira pelo casamento”.<sup>8</sup>

É interessante perceber que, no contexto em que o Visconde do Uruguai atuou, a escravidão era, nas palavras de Carvalho, o “indizível”, justamente por envolver uma gama de relações que poderiam ser afetadas caso alguém a criticasse publicamente. Significaria críticas à própria pessoa que estivesse envolvida com o regime de trabalho forçado, vinda de um parente ou de alguém inserido em sua rede de sociabilidade. Por isso, quando apontamos que a elite tratava projetos abolicionistas com pouca atenção, observamos a forma como os estratos elevados da sociedade pensavam a questão da libertação dos escravizados. Esse argumento foi corroborado por Emília Viotti Costa,<sup>9</sup> ao analisar a ausência de discussões parlamentares em torno do abolicionismo como uma estratégia de atuação utilizada pelos políticos, já que evitavam levantar esse tema justamente por se tratar de uma questão “melindrosa” e problemática.

---

<sup>8</sup> CARVALHO, J. M. (Org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 42.

<sup>9</sup> COSTA, 2008, p. 42.

A discussão acerca da forma como os negros eram vistos pela sociedade da época suscita uma reflexão que permite compreender a situação do abolicionismo,<sup>10</sup> principalmente considerando que o Brasil foi o último país da América a acabar com a escravidão. De acordo com Angela Alonso,<sup>11</sup> a escravidão constituiu-se como um sistema que não estava atrelado apenas à vida econômica e ao benefício do fazendeiro, pois sua influência no meio social “estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da sociedade imperial”.<sup>12</sup> Desse modo, pode-se perceber que o silenciamento das elites perante as discussões abolicionistas ocorreu em função da escravidão ter se constituído como a base do funcionamento da sociedade e da economia brasileiras.

Vale ressaltar também que as políticas inglesas adotadas no século XIX, desde a pressão pelo fim do tráfico atlântico até pela interrupção do comércio interprovincial de escravizados, foram cruciais para ditar o modo como a escravidão era tratada no Brasil. Além disso, vários acontecimentos internacionais, relacionados à abolição em diversos países, se transformaram em notícias que adentraram o ambiente político e social brasileiro e influenciaram a percepção das pessoas acerca da forma de pensar a escravização dos negros. Isso contribuiu para fortalecer uma retórica abolicionista, que contava com inúmeras experiências estrangeiras para respaldar sua ânsia pelo fim do escravismo no Brasil. Alonso denominou de “repertório político” o amálgama de contribuições que circulava nos cenários nacional e internacional, por considerá-lo como importante para fornecer as bases intelectuais dos movimentos abolicionistas em sua luta por liberdade.<sup>13</sup>

É nessa onda de acontecimentos que se pode perceber a fragilidade em que se encontrava o escravismo. Mesmo que fosse um regime de trabalho importante para aquilo que Alberto Torres chamou de “o primeiro tipo de organização que o Brasil teve”, o Brasil, após a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1865), foi um dos poucos países americanos a ainda

---

<sup>10</sup> A acepção adotada a respeito de Abolicionismo dialogou com os preceitos de Emília Viotti da Costa (2008, p. 41), ao observar que não se pode falar em abolicionismo até meados do século XIX, principalmente antes da década de 1860. Após este momento, a autora percebeu um movimento de fortalecimento de grupos que lutariam em prol do abolicionismo e um aumento das discussões sobre este assunto.

<sup>11</sup> ALONSO, A. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

<sup>12</sup> ALONSO, 2015, p. 19.

<sup>13</sup> ALONSO, 2015, p. 20.

“manter uma instituição universalmente condenada”.<sup>14</sup> O caso brasileiro contrariava os exemplos abolicionistas levados a cabo em outros países e os ideais iluministas e humanistas a respeito de liberdade e igualdade do ser humano.

## O REPUBLICANISMO NO SÉCULO XIX E A INSERÇÃO DE ALBERTO TORRES

Analisar o estado em que a escravidão se encontrava, no final do Império, e os modos pelos quais o abolicionismo adquiriu feição e força nos espaços sociais e políticos permite situar o momento histórico no qual Alberto Torres iniciou sua vivência e como foi influenciado pelas discussões de sua época. É importante observar que, quando ele iniciou seus estudos no curso superior, em 1882, primeiro na Faculdade de Direito de São Paulo, migrando, em seguida, para a Faculdade de Direito do Recife, onde concluiu o curso jurídico, o ambiente intelectual em que estava inserido já era permeado pelos ideais abolicionistas, embora, no âmbito político, a presença dessas ideias fosse menos requerida. Assim, a mentalidade de Torres, que estava em formação no início da década de 1880 – se for considerado que ele aumentou o contato com ideias e projetos políticos a partir das leituras e discussões empreendidas nas reuniões estudantis e jornais –, foi forjada em uma época de ebulição da luta abolicionista, tendo em vista o histórico de ataques desferidos contra a escravidão na segunda metade do século XIX, com a aprovação de leis antitráfico e de movimentos sociais pela emancipação dos negros.<sup>15</sup>

Na mesma perspectiva, quase que simultaneamente à emergência do abolicionismo, em um panorama de média duração, o republicanismo alcançou uma projeção mais ampla no Brasil durante o Oitocentos.<sup>16</sup> Vale ressaltar que a ideia de República não é exclusiva do século

<sup>14</sup> COSTA, 2008, p. 42.

<sup>15</sup> Não analisamos a Abolição como um fenômeno decorrente apenas da aprovação de leis no parlamento e da benevolência dos setores progressistas e liberais, pois essa visão ignora a movimentação social feita pelos negros escravizados, relegando-os a uma posição de passividade enquanto as classes políticas decidiam seu futuro e sua liberdade. Para explicar a movimentação em torno da Abolição, observamos uma linha argumentativa de privilegiar a luta da comunidade de escravizados e ex-escravizados e a importância da pressão exercida para enfraquecer as bases do sistema, pois “as revoltas dos escravos contra o sistema escravista devem ser vistas não só como revoltas pela liberdade do corpo, mas também, e principalmente, pela liberdade da mente” (MACIEL, 2016, p. 94).

<sup>16</sup> Para uma compreensão teórica acerca dos conceitos de república e republicanismo, a acepção aqui tomada segue as proposições de Modesto Florenzano, que analisou a característica plural e polissêmica inerente ao termo.

XIX, pois, no final do século XVIII, houve manifestações que colocaram como pauta de reivindicações a instauração de um regime republicano, como na Inconfidência Mineira (1789) e Conjuração Baiana (1798). Os sujeitos históricos envolvidos nessas revoltas, quando arquitetaram sua execução, estavam imbuídos de ideais separatistas, por não concordarem com o pesado sistema tributário imposto pela Coroa portuguesa, e, caso obtivessem êxito, uma das propostas era fundar novas repúblicas em territórios que hoje pertencem a estados do Brasil.

Assim, mais uma vez considerando a força da circulação de notícias de exemplos de outros países que se transformavam em Repúblicas, no Brasil, grupos intelectuais e políticos se formaram em torno do ideal republicano.<sup>17</sup> O marco bastante utilizado pela historiografia para caracterizar a emergência e materialização do projeto republicano é 1870, quando o *Manifesto Republicano* foi assinado por inúmeros indivíduos pertencentes aos mais diferentes segmentos sociais. Esse documento apresentava um alto grau de generalidade, pois, segundo Renato Lessa, não impedia que liberais descrentes da monarquia e escravocratas descontentes com a política abolicionista do Império integrassem o grupo dos republicanos.<sup>18</sup>

Essa dinâmica heterogênea de composição dos signatários do Manifesto Republicano pode ser analisada da seguinte forma: como o movimento estava se formando e se desenvolvendo, a adoção de uma postura mais radical em relação ao Império, que era a ordem estabelecida, não proporcionaria uma ampla adesão, pois radicalismos poderiam causar espanto para alguns setores que estavam se familiarizando com as novas ideias. Por isso, ao defender

---

Segundo o autor, a palavra “república” remonta “à antiguidade clássica quando foi cunhada e utilizada pela primeira vez. Em latim, *res publica* é a tradução do termo grego *politeia*”. Essa discussão se relaciona com os pressupostos de Aristóteles, que, tendo concebido a república como uma das três formas ideais de governo, assinalou para a *politeia* como “única que permite o governo da moderação ou do equilíbrio”. Ver: FLORENZANO, M. *República (na segunda metade do século XVIII – História) e republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia)*. Disponível em: <http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/Republica%20e%20republicanismo.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2024.

<sup>17</sup> De acordo com Karulliny Silverol Siqueira, é importante “que se investigue o movimento republicano por percepções regionais como uma forma de distanciá-lo das generalizações e de evidenciar o papel do republicanismo na disputa pelo poder entre elites políticas locais, que vai além da sua caracterização como somente resposta ao contexto de crise do Império em âmbito nacional [...] Regionalizar a crise da monarquia torna possível o melhor entendimento da significação e da recepção da República em diferentes regiões do Brasil” (SIQUEIRA, 2016, p. 150). Assim, mesmo que nesta discussão não tenha tomado o movimento republicano como objeto de pesquisa, vale ressaltar sua característica heterogênea, de acordo com a autora, em que é possível notar variantes do republicanismo nas antigas províncias imperiais.

<sup>18</sup> LESSA, R. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p. 39.

uma retórica mais branda e genérica, os republicanos conseguiram alcançar uma base maior, contribuindo para um lento e gradual enfraquecimento do regime monárquico. Os setores escravistas só aderiram após a Abolição.

Para esse diálogo, Vamireh Chacon tem muito a acrescentar a respeito da situação em que os partidos políticos se encontravam no Império e na fase de transição para a República. Segundo o autor, o ideal republicano, antes de 1870, não era utilizado como nome de partido, mas isso não significa dizer que os partidos existentes não possuíam indivíduos simpatizantes da causa. Antes de o manifesto do Partido Republicano ser assinado, em Itu, São Paulo, eram grupos liberais os responsáveis por carregar ideias que se propusessem a encabeçar reformas mais significativas. Um exemplo disso pode ser observado no programa partidário liberal de 1869, quando se partiu do “pressuposto de povo-sujeito, povo-agente através da verdade eleitoral” para modificar o cenário eleitoral brasileiro, de forma a acompanhar países como a Inglaterra, ao incorporar uma porção maior de pessoas aptas a exercer o voto.<sup>19</sup>

A partir de 1870, com o surgimento do Partido Republicano Paulista – PRP, a causa adquiriu mais consistência, mas isso não significava uma composição homogênea em seus quadros, muito pelo contrário, os membros partiam de setores sociais diferentes, eram médios e grandes proprietários rurais, além de liberais “radicais desiludidos com aquela lentidão gradualista, típica do Segundo Reinado”.<sup>20</sup>

Para a época, conceber que produtores rurais e liberais radicais estivessem unidos em uma única causa parece um equívoco, por se tratar de grupos com mentalidades tão distintas. Por isso, vale notar uma presença maior do trabalho livre, em detrimento da escravidão, nas propriedades paulistas, se comparadas às lavouras fluminenses, o que pode explicar uma dissidência daquele grupo em relação aos fazendeiros do Rio de Janeiro. Já os radicais que aderiram ao manifesto de Itu, estavam insatisfeitos com a suavidade das propostas que os moderados sugeriam, o que os levou a recorrer a uma organização que destoasse ideologicamente do grupo liberal.

<sup>19</sup> CHACON, V. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 37.

<sup>20</sup> CHACON, 1998, p. 47.

Esse cenário de emergência do Movimento Republicano e de difusão das ideias concernentes ao republicanismo foi crucial para a geração de Alberto Torres, que, na década de 1880, frequentava os espaços universitários para cursar o ensino superior. Sobre esse momento histórico, Chacon constatou que os mais jovens percebiam as mudanças políticas que estavam ocorrendo no Brasil, o que contribuiu para explicar o aumento da quantidade de estudantes da Faculdade de Direito a aderirem ao Partido Republicano.<sup>21</sup> De acordo com o autor, na década de 1870, era possível encontrar cerca de 6% dos estudantes no partido, mas, em 1880, esse número aumentou para quase 50%. Assim, por meio desses dados, a verificação da influência do republicanismo sobre o pensamento de Alberto Torres se torna mais lúcida, tendo em vista que o grupo social ao qual pertencia estava sujeito às influências que corriam nos espaços acadêmicos.

## A ATUAÇÃO REPUBLICANA DE ALBERTO TORRES

Tendo ficado conhecido por sua atuação junto ao movimento republicano, Alberto Torres, um republicano histórico, iniciou sua carreira política no período que se seguiu à Proclamação. Antes de ser eleito para o exercício de funções públicas, ele já se mostrava um crítico de sua realidade, escrevendo seus textos para alguns jornais, analisando questões que o intrigavam sobre política e sociedade. Quanto a essas primeiras análises, apresentamos o fragmento de um texto jornalístico que contém um telegrama escrito por Torres e que foi enviado para o autor da coluna, do qual não se tem mais informações do que a inicial “B”. Nessa fonte, o autor da coluna (desconhecido) analisou as eleições para senadores e deputados, fazendo algumas menções à situação de fraude nas urnas e de que maneira o Governo Provisório se beneficiou com o resultado do pleito.<sup>22</sup>

O Sr. Dr. Alberto Torres, moço muito conhecido nesta capital, onde é advogado e jornalista, republicano histórico e ex-propagandista, firma com a sua respeitável assinatura o seguinte telegrama:

- Venda das Pedras, 15 – A eleição oficial foi uma farça única. As secções vazias de eleitores; e os phosphoros, com o mesmo diploma, lançavam maços de cédulas nas urnas. Mesas legaes fizeram a eleição, cujo resultado total mandares.

<sup>21</sup> CHACON, 1998, p. 48.

<sup>22</sup> O Governo Provisório que aqui se fez alusão foi iniciado pelo gabinete dos Marechais Deodoro da Fonseca, presidente da República, e Floriano Peixoto, vice-presidente.

A scena que se passou hoje deshonra o governo, si mantiver as autoridades policiaes e municipaes, e o juiz municipal autor desta comedia. – Alberto Torres.<sup>23</sup>

Do excerto, é possível extrair algumas questões importantes para refletir sobre a personalidade de Alberto Torres. Inicialmente, o autor desconhecido identificou Torres por sua atuação naquele momento, como advogado e jornalista, o que o tornava um sujeito respeitável e portador de uma opinião digna de ser citada em um texto jornalístico. O mesmo autor pareceu nutrir alguma simpatia ou mesmo admiração por Torres, pois recebeu seu telegrama de bom grado e ainda teceu elogios à sua pessoa. Além disso, o autor o identificou como um republicano histórico e ex-propagandista do movimento republicano, características que ressaltam etapas importantes concernentes à trajetória de Torres. Por fim, essa fonte contém uma crítica feita por Torres às urnas, pois apontou para uma realidade de fraude e desonra para o governo que inaugurava a República. Inclusive, se valeu de um vocábulo proveniente da linguagem informal, *phosphoros*,<sup>24</sup> não muito comum naquela realidade, para se dirigir a um grupo que atuava corrompendo o pleito.

O “sentimento de descrença na própria organização republicana” se tornou muito presente naquela geração dos republicanos históricos, pois, quando atuaram na militância pela sua implementação, defenderam ideais que, após sua instauração, não se materializaram.<sup>25</sup> Apesar de o mencionado telegrama datar de 1890, logo no início do regime e, portanto, não ser um revelador marcante do desencanto de Torres, já era possível notar, em sua escrita, traços de um sentimento de descrença, tendo em vista as críticas direcionadas à maneira de condução daquele pleito. Assim, levar em consideração o desencanto de Torres com o novo regime político ao analisar o seu pensamento é uma tarefa primordial para situar suas ideias e proposições, pois elas foram cunhadas pelo autor em resposta a uma série de problemas que enxergava em sua realidade política.

<sup>23</sup> *A Tribuna*, n. 79, 17 set. 1890.

<sup>24</sup> A utilização deste termo por Alberto Torres é interessante, pois o intelectual se valeu de um vocábulo oriundo da linguagem informal para se referir a eleitores que votavam com títulos falsos, ou mesmo àqueles que não davam importância ou desprezavam a realização de um pleito honesto e livre de interferências que o viciassem. Nas palavras de Lima Sobrinho (1968, p. 96), os “fósforos” eram eleitores fictícios mobilizados nas atas falsas que compareciam mais de uma vez nas urnas.

<sup>25</sup> FERNANDES, M. F. L. *Crise e reorganização nacional: o pensamento de Alberto Torres*. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. p. 109.

Examinar a situação política do final Império permite compreender em que lugar o pensamento de Torres foi moldado, percebendo as influências políticas que marcaram sua experiência, e como isso reverberou na sua atuação em cargos públicos. Quando Alberto Torres era um mero estudante que se via agindo por ideias que começavam a circular em seu meio, o regime monárquico enfrentava problemas que, para nós, que observamos o passado a partir de nosso espaço presente, é de fácil constatação. Temos em mente o marco temporal que separa o Império da República, logo, nossas análises podem cair em narrativas teleológicas que direcionem a ação dos sujeitos para um fim inevitável. Todavia, os indivíduos da época não tinham essa percepção, pois o futuro era ainda um “espaço de expectativas”, imbuído de incertezas.

Em suma, essa compreensão se alinha com as considerações de Christian Lynch sobre os eventos históricos finais do Império – quando criticou as narrativas de cunho teleológico, típicas da leitura positivista – de que a derrocada do regime se assemelhava a um “monótono desfile” com destino à República.<sup>26</sup> É a partir dessa consciência dos indivíduos sobre a imprevisibilidade dos acontecimentos históricos que uma abordagem de contexto se faz necessária, principalmente no que tange aos problemas que se arrastaram do Império para a República e marcaram a atuação política daqueles que se propuseram a discuti-los nos espaços de poder. Assim, vale destacar dois problemas que surgiram no curso da transição de regimes: as *eleições* e o *Poder Moderador*. Englobando ambos em uma linha argumentativa, Vamireh Chacon, utilizando das palavras do próprio imperador D. Pedro II, assim coloca a questão:

O problema fundamental da política, no Império como na República, sempre girou basicamente em torno das eleições, chave da autenticidade representativa e do rodízio no poder. Pedro II anotou no seu *Diário*: “Não sou de nenhum dos partidos para que todos apoiem nossas instituições; apenas os modero, como permitem as circunstâncias, julgando-os até indispensáveis para regular o andamento do sistema constitucional, quando como verdadeiros partidos e não facções respeitem o que é justo”.<sup>27</sup>

Por meio desse excerto é possível notar que as eleições eram compreendidas como uma dimensão a ser aprimorada, tendo sido, em diversos momentos, colocadas em pautas de discussões por políticos do Império. Como o objeto aqui não são as eleições de fato, me deterei

<sup>26</sup> LYNCH, C. E. C. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do Império reconsiderada. *Topoi*, v. 19, n. 38, p. 190-216, 2018.

<sup>27</sup> CHACON, 1998, p. 29.

a apontar como esse fenômeno ganhou repercussão na segunda metade do século XIX. De acordo com as proposições de Renato Lessa,<sup>28</sup> várias foram as tentativas de elaborar reformas eleitorais que fossem capazes de resolver o problema da representatividade, como a Lei dos Círculos (1855), a Lei do Terço (1875) e a Lei Saraiva ou do Censo (1881), sendo esta última a mais minuciosa e reguladora.

Os políticos que apresentavam essas reformas tinham o objetivo de organizar um sistema em que os votos fossem sinônimos de um tipo de “verdade eleitoral”, o que só seria possível se os votantes fossem “eleitores dotados de ‘haveres e ilustrações’”. Nesse sentido, pode-se perceber uma “verticalização da ordem política imperial”, tendo em vista que a última lei eleitoral do império contribuiu para reduzir a participação política-eleitoral em aproximadamente 85%.<sup>29</sup> Esse aspecto também foi tratado por Chacon, o qual analisou os efeitos da Lei Saraiva como restritivos, uma vez que implantou um censo elevado, com mais exigências para que alguém se tornasse um eleitor, revelando uma aristocratização da participação política por meio da instituição do voto.<sup>30</sup>

Toda essa realidade fazia parte do momento histórico de Alberto Torres. Observar que sua juventude foi uma etapa contemporânea à crise do sistema monárquico auxilia na compreensão de sua postura como republicano e defensor da manutenção do Estado para benefício de setores sociais inferiores, a partir da perspectiva de que estes compunham uma engrenagem importante da economia nacional. Discutir a questão eleitoral no final do Império possibilita compreender que se tratou de um problema continuado na República, mostrando que este regime não significou uma superação a caminho do progresso.

Não se tira dos republicanos sua devida importância para a transição ocorrida com a proclamação, pois foram capazes de “eliminar o antigo regime”. Todavia, quando o assunto é a modernização política proporcionada pela República, a discussão se torna mais sensível e complexa. Aparentemente, o Brasil estava trilhando um caminho de modernização que o novo regime representava, seguindo a tendência de seus vizinhos americanos. Entretanto, “o ímpeto

---

<sup>28</sup> LESSA, 1988, p. 27-30.

<sup>29</sup> LESSA, 1988, p. 32, 35-36.

<sup>30</sup> CHACON, 1998, p. 30.

reformador dos republicanos, na direção de um arranjo político mais aberto, também foi limitado”, não propondo soluções para problemas antigos, tendo essa forma de organização do poder, inclusive, contribuído para acirrá-los. A questão da representatividade por meio do voto ilustra bem esse aspecto, pois a extensão do direito de votar foi mais restrita do que ocorria no Império.<sup>31</sup>

Apesar dos inúmeros problemas que existiam no Império, o sistema político contava com um mecanismo septuagenário que garantia um grau de estabilidade e organicidade, o *Poder Moderador*. Com o golpe de 1889, o Brasil iniciou uma experiência de uma década em que esteve “desprovido da ‘chave’ de sua organização institucional”, fator que explica a instabilidade política existente nos primeiros anos da República. Nessa década inicial do regime, não houve muitos esforços para a criação de mecanismos administrativos e governamentais semelhantes ao que o *Poder Moderador* representava, pois, tendo o Brasil perdido esta instituição, todo o sistema que dependia dela para funcionar entrou em ruína.<sup>32</sup>

A obra de Renato Lessa contribui de forma singular para a investigação do período de transição Império-República e das tentativas de estabilização da ordem republicana, principalmente no governo Campos Sales, com a invenção materializada na engenharia política denominada como “política dos governadores”. Tratava-se de um dispositivo institucional marcado pela descentralização do poder da União frente aos estados e que permitiu às oligarquias se tornarem protagonistas, propondo sua reorganização e almejando dar conta dos anseios das elites estaduais, além de apaziguar as relações políticas entre elas.

Nesse contexto da Proclamação, Alberto Torres atuava como advogado e, logo, estava antenado aos acontecimentos políticos nacionais. É interessante notar que, mesmo recém-formado, Torres já gozava de certo prestígio e capital social, tendo em vista algumas menções feitas ao seu nome em jornais e ao fato de ter conseguido se eleger tão jovem para o cargo de deputado constituinte, em 1892. No periódico *Gazeta de Notícias* foi feita a seguinte menção a Torres: “Chegou de Pernambuco, em cuja faculdade vem de receber o grau de bacharel em

---

<sup>31</sup> LESSA, 1988, p. 37.

<sup>32</sup> LESSA, 1988, p. 43-44, 46.

direito, o inteligente e distinto Dr. Alberto Torres, filho do Dr. Martins Torres, juiz da 1ª vara cível d'esta corte".<sup>33</sup>

Dentre os elementos presentes nesse fragmento do periódico, o fato de ter sido noticiada a volta de Alberto Torres ao Rio de Janeiro é um traço revelador do grau de distinção social que ele possuía. Provavelmente, em função de Torres ter se envolvido com a militância republicana dentro de ambientes partidários, podemos supor que ele contava com um círculo social extenso, a ponto de alguém redigir esse tipo de evento para publicação. Outro ponto presente na fonte é a menção ao nome do pai de Alberto Torres. Visto que Martins Torres havia se consolidado como funcionário de destaque em órgãos públicos do Império, atrelar a personalidade do filho ao pai contribuiria para aumentar a projeção de Alberto Torres no cenário político.

A experiência de Alberto Torres como advogado, de acordo com as fontes, ocorreu antes de ele assumir seus cargos políticos. Há indícios de uma defesa que Torres preparou para um réu chamado Bernardo Hesseller, acusado de homicídio,<sup>34</sup> que foi condenado pelo crime no ano de 1888.<sup>35</sup> As duas notícias veiculadas pelo jornal *Gazeta de Notícias* com informações sobre este caso se vinculam a Alberto Torres, tratando-o como um indivíduo importante, deixando implícito que o réu foi condenado “apesar” da defesa e da apelação empreendidas. Também vale perceber que o ano da Abolição coincidiu com a atuação jurídica de Torres e sua participação em eventos do partido republicano.

Nesse sentido, os últimos anos do Império significaram um aumento da militância republicana por parte de Alberto Torres, que organizava e conduzia conferências do partido com a finalidade de aumentar a quantidade de apoiadores e legitimar o apelo à instauração de um novo regime. Em uma notícia do final de 1888, portanto, pós-Abolição, verifica-se o grau de envolvimento de Torres com a causa:

No dia 8 do corrente chegou à villa de Itaborahy, às 9 horas da manhã, em um carro e acompanhado por dous cavaleiros, o Sr. Dr. Alberto Torres, que, segundo constava, vinha fazer uma conferencia republicana. [...]

<sup>33</sup> *Gazeta de Notícias*, n. 304 – 31 out. 1885.

<sup>34</sup> *Gazeta de Notícias*, n. 25 – 25 jan. 1888.

<sup>35</sup> *Gazeta de Notícias*, n. 194 – 13 jul. 1888.

A uma hora da tarde devia ter logar a conferencia em uma tribuna colocada em frente a uma casa da praça do General Ozorio, onde se achavam os republicanos; mas, ao meio dia, o povo, em numero superior a 300 pessoas, gritava contra a republica e dava vivas à familia imperial e à Princeza Redemptora.

O Dr. Alberto e mais dous republicanos dirigiram-se ao Sr. Leovergildo José das Neves, que parecia ser o chefe daquella massa de gente e pediu-lhe que o deixasse fallar, porque nao devia tolher-se a liberdade, tendo em resposta que era attendido o seu pedido se respeitasse o imperador e a redemptora, do contrario seria arrancado da tribuna – resposta essa que foi muito applaudida pela multidão.

Algum tempo depois o Dr. Alberto assomou à tribuna e principiou o seu discurso, que foi interrompido pelo povo com vaias, vivas à monarchia e muitos foguetes, sendo obrigado a callar-se e a retirar-se para casa.<sup>36</sup>

A conferência aludida na reportagem foi planejada para ocorrer na cidade natal de Alberto Torres, Itaboraí – na escrita atual –, em uma praça pública, revelando o objetivo dos organizadores de alcançarem um público diferenciado. No entanto, uma grande quantidade de pessoas, com conhecimento do evento que estava planejado, chegou com antecedência para impedir que palavras republicanas fossem pronunciadas. Como o grupo de 300 pessoas era favorável ao regime monárquico, qualquer menção à República seria compreendida como afronta ao Imperador e a sua família, por isso o sentimento de aversão percebido no contingente. Ao se deparar com o posicionamento das pessoas contra a República, Alberto Torres buscou contornar a situação apelando para a ideia de liberdade de expressão e de ideias, requerendo ao organizador dos manifestantes a colaboração para que pudesse conduzir o evento.

Nesse diálogo entre Torres e Leorvegildo, o organizador da manifestação, compreende-se, pelo tipo de referência que este último fez ao Imperador e à sua filha, a Princesa Isabel, a percepção daquele grupo social a respeito da monarquia. Os que se opunham aos ideais republicanos nutriam simpatia pela família imperial e pelo regime, que gozava de muita popularidade.

O fato de a Princesa Isabel ter recebido a alcunha de “redentora” mostra que as pessoas que se colocavam diante de Alberto Torres naquele incidente eram simpatizantes da Abolição, mas isso não queria dizer que tratassem a ideia de República com bons olhos. Isso permite separar as visões que marcavam os grupos sociais da época, já que, como a monarquia havia abolido a escravidão, ela gozava de maior legitimidade. Assim, pensar a origem e o tipo de

<sup>36</sup> *Gazeta da Tarde*, n. 208 – 12 set. 1888.

mentalidade que o grupo de manifestantes possuía torna-se tarefa complexa, já que não há maiores informações sobre sua proveniência. O que se pode inferir é que, por serem pró-Abolição e antirrepublicanos, possivelmente poderia haver alguns de origem liberal moderada que almejavam impedir as forças que ansiavam por profundas transformações.

Além do envolvimento em conferências republicanas, Alberto Torres estava profundamente ligado aos assuntos pertinentes ao partido republicano. Em uma edição do jornal *A República*, do ano de 1888,<sup>37</sup> tratou-se de um Congresso Republicano realizado para definir encaminhamentos administrativos do partido, em que Alberto Torres integrou a lista de nomes designados para formar a “comissão verificadora de poderes”, que, em nossa visão, poderia atuar em uma esfera de análise da realidade política do país para que o partido pudesse estruturar pautas e agendas de movimentação. Na mesma cena em que Torres apareceu, nomes relevantes também se fizeram presentes, como: Campos Salles, Quintino Bocayuva, Silva Jardim, Francisco Portella, Aristides Lobo, entre outros, o que revela sua proximidade com outros republicanos de primeira grandeza que atuaram no cenário político na mesma época em que ele.

No momento histórico em que o regime republicano foi instaurado, Alberto Torres ganhava projeção dentro de seu partido, em função dos papéis importantes que desempenhava na agremiação. Torres, juntamente com outros nomes que integravam sua rede de sociabilidade da causa republicana, após a Proclamação, foi signatário de uma convocação feita com o intuito de auxiliar o novo regime na “reconstituição da pátria” e construir uma base de apoio para auxiliar as movimentações políticas. Essa convocação foi feita 22 dias após a República ter sido proclamada, o que mostra a preocupação de seus signatários com os novos rumos que o Brasil trilharia. Eis um excerto do documento:

No intuito de cooperar nos trabalhos de reconstituição de nossa patria e convido de modo efficaz e permanente estabelecer as correntes da opinião, que auxiliem o governo provisorio e o do estado do Rio de Janeiro na direcção dos negócios politicos, os abaixo-assignados tomão a iniciativa de convidar os seus concidadãos a se reunirem no dia 15 de Dezembro proximo, ás 11 horas da manhã, no edificio do Congresso Gymnastico Portuguez, na rua do Nuncio n. 25, a fim de resolver-se o que fôr conveniente fazer nesse sentido.<sup>38</sup>

<sup>37</sup> *A República*, 18 out. 1888.

<sup>38</sup> *Jornal do Commercio*, 7 dez. 1889.

Ao se referirem ao trabalho que os novos membros do governo republicano teriam como “reconstituição da pátria”,<sup>39</sup> os indivíduos que lançaram a convocação deixaram clara a compreensão que tinham do período imperial. Para eles, tratava-se de um momento em que o país se viu imerso em problemas que impediram o funcionamento das instituições políticas, de forma que o progresso ocorresse.

Além disso, o momento para fazer tal evento foi oportuno, pois a República havia acabado de ser instaurada e não gozava de amplo apoio popular na capital federal – Rio de Janeiro –, tendo em vista as conferências republicanas interrompidas por monarquistas. Por se tratar de uma convocação, os responsáveis por ela objetivavam alcançar um número maior de pessoas para cimentar os ideais republicanos, já que um regime sem apoio não conseguiria se institucionalizar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, considerando a militância republicana de Alberto Torres, nos primeiros anos da República, ele iniciou carreira no poder legislativo colocando em prática o conhecimento adquirido nos meios acadêmicos e atuando como membro de esferas políticas de um regime que ele defendia desde os tempos universitários. Naquele momento, a partir de 1892, Torres pôde formar parte de sua experiência política, contribuindo para a elaboração da Constituição estadual do Rio de Janeiro e para os encaminhamentos e atividades pertinentes ao cargo de deputado federal.

Consideramos essa passagem pelo poder legislativo uma fase importante da carreira de Torres, porque foi justamente quando ele desenvolveu e aprimorou habilidades que lhe seriam úteis posteriormente para tecer suas críticas e análises do cenário nacional, como: discursar em público, ouvir e formar críticas, encaminhar propostas, resolver problemas políticos, justificar suas decisões, analisar o cenário nacional, etc. Desse modo, para guiar a leitura a acerca de sua trajetória, e os momentos posteriores à sua atividade legislativa, a

---

<sup>39</sup> Os nomes que seguem abaixo-assinados à convocação são: Dr. Furquim Werneck, U. do Amaral, França Carvalho, Theophilo de Almeida, Cyrillo de Lemos, Dr. Oliveira Pinto, Oscar Várady, Antonio Luiz dos Santos Werneck, Alberto Torres, Dr. Lopes Trovão, Dr. João Baptista Lapér, Dr. Joaquim José de Souza Breves.

seguinte interrogação pode ser feita: dentre as atribuições de um deputado constituinte e de um deputado federal, como o pensamento de Alberto Torres foi influenciado pelas atividades inerentes aos cargos que exerceu no poder legislativo?

Esse questionamento parte de uma análise acerca de como o indivíduo forma seu pensamento à medida em que estabelece novas relações com o meio social e político. Na perspectiva de que em cada fase de sua vida, um sujeito pode passar por inflexões e ser influenciado a pensar e discorrer à medida que seus cargos o exigem determinados posicionamentos, observamos que a leitura sobre a formação das ideias de Alberto Torres pode ser feita em estreita conexão com os lugares que ocupava e circulava. As suas fases como estudante universitário, deputado, ministro de Estado, presidente de Estado e ministro do Supremo Tribunal Federal, são marcadas, cada uma, pelas responsabilidades que cada cargo lhe exigia.

Mesmo que a produção intelectual de Torres tenha sido empreendida após sua aposentadoria, em outras fontes, pode-se perceber como a trajetória do autor apresentava inflexões que são cruciais para compreender sua trajetória. Por exemplo, o desencanto com a República, tema presente em seus livros escritos na década de 1910, foi algo que marcou o pensamento do autor, pois, um sujeito que atuou pela instauração do regime republicano, cerca de duas décadas após a Proclamação, havia construído uma ideia de que os rumos pelos quais o país se encontrava não eram bons, sendo os males decorrentes do jogo oligárquico engendrado na Primeira República.

Sendo assim, compreendemos que uma análise acerca do pensamento de um intelectual deva passar pelo exame de sua trajetória, captando como o sujeito lidava com as ideias em profusão no seu contexto, como as incorporava nos seus discursos e textos, como se posicionava perante elas e como lidava com um determinado tipo de repertório ao longo de sua vida. Essa leitura nos leva a perceber as nuances que as ideias possuem, assim como elas são manejadas pelos sujeitos em diferentes períodos.

## FONTES

A REPÚBLICA. Rio de Janeiro: 1888.

A TRIBUNA. Rio de Janeiro: 1890.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 1885-1888.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro: 1888.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: 1889.

## OBRAS GERAIS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALONSO, Alonso. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARVALHO, José Murilo (Org). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Crise e reorganização nacional: o pensamento de Alberto Torres*. 1997. 181 p. Disserta

ção (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FLORENZANO, Modesto. *República (na segunda metade do século XVIII – História) e republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia)*. Acesso em: 14 mai. 2024. Disponível em: <http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/Republica%20e%20republicanismo.pdf>.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres, sua vida e pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LYNCH, Christian Edward Cyrill. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do Império reconsiderada. *Topoi*, v. 19, n. 38, p. 190-216, 2018.

MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estado do Espírito Santo, 2016.

Recebido em: 16/05/2024 – Aprovado em: 07/08/2024